

JARDINS PÚBLICOS HISTÓRICOS*

MARIA ISABEL WHITTON DA TERRA SOARES ALBERGARIA

Albergaria, M. I. W. T. S. (2010), Jardins Públicos Históricos. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 355-366.

Sumário: O nascimento do jardim público surge de uma nova consciência social orientada para o *colectivo*, distanciando-se programaticamente dos caprichos individuais da nobreza ou da burguesia. Com origem nas grandes tapadas reais, os jardins públicos destinam-se a um público urbano recriando aí ambientes campestres. Em Portugal o movimento do jardim público integra-se nos «objectos de civilização» do liberalismo e admite formas e dimensões diversas. O mesmo movimento é acompanhado nas ilhas, com manifestações modestas mas expressivas.

Albergaria, M. I. W. T. S. (2010), Historical Public Parks. *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 19: 355-366.

Summary: The emergence of the public parks occurs as a result of a new social conscience focussed on the society as a whole in a new perspective not concentrated on the individual or in the particular interests of the aristocracy or the bourgeoisie. With its origins in the large royal parks, public parks are designed to an urban public with the perspective of recreating a countryside atmosphere. In Portugal the movement of the public parks is part of the “objects of civilization” of liberalism and assume different shapes and sizes. The same movement is accompanied on the islands, with modest but significant examples.

Maria Isabel Wytton da Terra Soares Albergaria – Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores. Rua da Mãe de Deus, Apartado 1422. 9501-801 Ponta Delgada.

Palavras-chave: Jardim público, passeio público, parque, espaço urbano.

Key-words: Public park, public promenade, park, urban area.

* Texto de uma conferência proferida no Fórum «Cuidar dos jardins, cuidar de si» realizado no Jardim Botânico da ilha do Faial no dia 13 de Julho de 2009.

Há 6 anos atrás, precisamente aqui na cidade da Horta, participei no colóquio internacional dos jardins botânicos e históricos promovido pelo jardim botânico do Faial (que muito se deveu ao espírito de iniciativa e entusiasmo do Dr. João Melo).

Foi a primeira vez que institucionalmente foi reconhecido nos Açores o estatuto de jardim histórico pelo qual eu e outras pessoas vínhamos reclamando há já bastante tempo.

Hoje regresso a esta cidade (que também é minha pelo coração) onde mais uma vez se irão apresentar, discutir e por em prática ideias e temas relacionados com os jardins. O jardim público e os jardins históricos voltam a ser o motivo de debate e reflexão. Definitivamente a Horta e o Faial parecem estar na vanguarda açoriana do tema!

A história une-se ao tempo presente para encontrar o seu lugar no futuro. Mas retornemos ao momento histórico do nascimento dos jardins públicos. Que necessidades sociais justificaram o seu aparecimento? Que novidade palpitante se encerrava no novo conceito? Que promessas de futuro traziam consigo?

O surgimento do jardim público nasce de uma nova consciência social orientada para o *colectivo* e distanciando-se programaticamente dos caprichos individuais da nobreza ou da burgue-

sia. Com ela o arquitecto paisagista insensivelmente se transformará, à semelhança do urbanista e em parte do arquitecto, num gestor de espaços públicos. Hoje a arte paisagista é essencialmente uma arte social orientada para o domínio da paisagem, aliando-se à agronomia e à ecologia, como à geografia, à historia e à historia da arte.

O centro e o núcleo destas novas concepções estão na cidade. É o mundo urbano que gera a percepção esteticizada da natureza a ponto de estabelecer com ela uma relação lúdica e recreativa, algo que se vinha afirmando desde o Renascimento. Chegados ao século XIX é mais uma vez a cidade que investe o jardim de novas funções, democraticamente partilhadas e dirigidas a públicos diversificados. São funções de ócio e de lazer, sociabilidade e convívio, como também de estudo e aprendizagem, repouso e meditação.

Alberto Pimentel escrevia acerca da cidade do Porto em 1860:

«A cidade começava a desembaraçar-se das suas tradições clássicas burguesas. Não tinha alegria que chegasse para divertir-se por hábito (...). Ninguém estava habituado a gostar mais da rua do que da casa. E o palácio de Cristal com o seu parque adjacente, pressupunha costumes elegantes, educação moderna, movimento em pleno sol, vida mundana, amor pelo bulício e pelas exterioridades.»

A estranheza sentida pela população do Porto revela-se perante este novo equipamento urbano que vinha propor novos hábitos sociais e de convívio ao ar livre – «educação moderna e movimento em pleno sol» – que se afirmava antes de mais como um parque de diversões populares e pressupõe um acesso livre e democrático a um espaço que até então tinha sido apanágio dos ricos e privilegiados.

Não foi uma estranheza exclusiva dos habitantes do Porto. Lisboa tinha deixado o passeio público pombalino esquecido e tristemente abandonado ao longo de décadas. Quando a nova moda dos passeios e jardins públicos se instala em Portugal nem sempre as populações reagiram positivamente considerando-os inúteis, desadequados, um desperdício de recursos.

De facto, a vaga de jardins e parques públicos que varreu as cidades europeias de lés a lés a partir dos anos 30 do século XIX é um fenómeno

estritamente ligado ao crescimento urbano e industrialização do ocidente, com as consequências que se conhecem ao nível urbanístico, ambiental e social. A dominante higienista que olha o jardim como «pulmão verde» num espaço urbano cada vez mais sobrelotado, onde possa circular o ar purificado pela respiração dos vegetais é já defendida por J. C. Loudon na sua *Encyclopedia of gardening* de 1822. Loudon vai mais longe defendendo a criação de um *green-belt system* de zonas de respiração para as cidades inglesas. A este aspecto de saneamento, associam-se as vertentes pedagógica e recreativa do *public park*. Em Países como Portugal ou em regiões como os Açores, muito pouco implicados no fenómeno da revolução industrial e urbana, o jardim público não encontra as mesmas justificações e depara-se com outras resistências. Mas acaba por se impor como símbolo de modernidade.

ANTECEDENTES

O hábito de abrir as portas dos parques reais e aristocráticos ao recreio do público verifica-se na Europa desde a segunda metade do século XVII, como acontece com o Hyde Park de Londres, antiga reserva de caça real. O gosto pelos passeios a pé ou a cavalo promove o encontro do público com uma natureza ordenada e

disciplinada, cenário escolhido para encontros mundanos. Desse novo hábito nascem os *Passeios públicos*. Os primeiros surgem ainda no século XVII mas vulgarizam-se na centúria seguinte, especialmente após a revolução francesa.

São geralmente constituídos por longas alamedas de árvores alinhadas,

integrados nos esquemas racionalizados dos novos traçados urbanos, e recebendo um importante contributo do saber teórico e prático dos engenheiros militares. Caso paradigmático é o Passeio Público de Lisboa, o primeiro que o país conheceu, desenhado em 1764 por Carlos Mardel no âmbito da reconstrução pombalina. Como seria previsível a concepção do novo recinto público mergulhava no mais fundo da tradição portuguesa do passeio ou *ambulatio*, recuperando os valores de vivência intimista e espaço fechado. Aspecto que motiva-

ria ao micaelense José de Torres uma apreciação muito negativa: o passeio público, dizia ele, era “um taboleiro encovado, suffocado, sem vista, sem horizonte, abafado de todos os lados por edificios e colinas, onde de Verão se arde como em torrido areal”¹.

Crítica justa ou não, o certo é que o passeio público de Lisboa desaparece em finais do século XIX para dar lugar ao parque da Liberdade, um *boulevard* que se afirma, a partir dos modelos parisienses, como sucedâneo destes espaços verdes de circulação urbana.

PASSEIOS PÚBLICOS EM PORTUGAL

A história dos passeios públicos em Portugal, depois do exemplo pombalino, surge algo desfasada relativamente aos mais precoces exemplos europeus. Quando as pequenas cidades e vilas de província ordenam a criação de passeios públicos e alamedas arborizadas nos espaços públicos abertos de que dispunham, já a moda era substituída na Europa por novas tipologias de jardim que pressupunham outras formas de uso.

As primeiras décadas do século XIX correspondem ao ponto alto dos passeios públicos, quando registam o maior «curso de gente» e preenchem, de forma sedutora, as expectativas geradas pelo gosto do público. Os terreiros e praças localizados nas

periferias e junto das principais saídas dos burgos, onde normalmente se praticavam exercícios militares ou feiras, são os locais escolhidos para a instalação destes recintos. Por iniciativa das instâncias militares ou das câmaras municipais, as cidades empreendem o que consideravam ser o aformoseamento do espaço urbano, operada pela simples acção de regularização dos arruamentos, plantação de árvores alinhadas e distribuição de mobiliário urbano, como bancos e candeeiros.

Na cidade de Ponta Delgada surgiram os primeiros passeios públicos

¹ José de Torres, *Passeio Público em Ponta Delgada*, “Revista dos Açores”, 1852, p. 405.

dos Açores. São ambos projectos de iniciativa militar nascidos quase em simultâneo. De 1815 data o projecto desenhado para o Alto da Mãe de Deus, da autoria do engenheiro militar Francisco Borges da Silva (1788-1820). Pelo desenho original podemos perceber a estrutura do percurso, destinado a passeios a pé e de carruagem, com ruas que ligavam a zona da «baixa» citadina aos terrenos arrabaldinos das Laranjeiras e Fajã de Baixo, por onde se estendiam extensos laranjais. As próprias ruas do jardim eram plantadas com laranjeiras e outras exóticas, enquanto o desenho dos canteiros obedecia ainda à concepção barroca dos *parterres de broderies*. Quanto às peças decorativas previa-se ainda a instalação de um pedestal para estátua – que não chegou a ver a luz do dia –, além de outros elementos como escadarias, portões, muros e banquetas de espaldar.

O Campo de São Francisco, rossio da cidade e área da jurisdição militar do vizinho forte de São Brás desde o século XVI, foi igualmente alvo de melhoramentos nos inícios da década de 1820, por iniciativa do governador militar João Teixeira Homem de Brederode (1794-1833).

De idêntica concepção, embora bastante mais tardio, é o passeio público

instalado no rocio da vila de Santa Cruz da Graciosa, um enorme terreiro onde se reunia o gado, se realizavam feiras, arraiais e corridas de cavalos. Na cidade da Horta um troço rectangular ao longo de uma antiga muralha que tinha servido em tempos de porto de desembarque junto ao forte de Santa Cruz, foi também adaptado a passeio público, o passeio do Largo do Infante como ainda hoje é conhecido. Sujeito a sucessivas alterações nunca perdeu a sua utência urbana como lugar de passagem obrigatória entre a zona nascente e poente da cidade, diariamente usufruído pela população da Horta, a melhor esplanada que a cidade dispõe com vista sobre o mar e o Pico em frente.

Integrado no modelo especificamente urbano do *boulevard*, a Alameda Duque de Bragança (mais conhecido por Relvão) na cidade de Ponta Delgada é um dos últimos passeios públicos açorianos e um importante parque de diversões populares. Durante largas décadas recebeu massas de gente em ocasiões festivas, feiras, *quermesses*, *verbenas*, arraiais e exposições de «artes e indústrias». Uma das mais famosas, que ficaria na memória dos micalenses por muito tempo, foi a Exposição realizada em 1901 por ocasião da visita régia de D. Carlos e D. Amélia.

JARDINS E PARQUES PÚBLICOS

Em 1840 é inaugurado o *Deby Arboretum* em Derbyshire, um marco na história dos jardins públicos que aplica o programa teórico desenvolvido nos anos anteriores pelo horticultor, designer e escritor John Claudius Loudon (1783-1843) acerca do parque urbano para recreio do público. Aberto gratuitamente à população da cidade, o parque compunha-se de amplos relvados, caminhos ondulantes e densas manchas arborizadas que conjugadas com elevações de terreno artificialmente armadas para proteger a vista das periferias urbanas, emulavam perfeitamente o ambiente campestre, inspirando-se directamente na *Arcádia pastoral* cantada pelos poetas da Antiguidade.

Trata-se de um modelo de parque que tem as suas origens nos grandes parques ingleses de Setecentos (os chamados jardins paisagistas) e até anteriores àqueles, nas tapadas reais de caça. Mas é significativamente reduzido em dimensão e simplificado no desenho e nas arquitecturas. A maioria dos parques urbanos de meados do século XIX estrutura-se em torno de um caminho principal, ao longo do qual se distribuem os principais objectos de interesse, conduzindo aos portões de entrada e saída. Toda a rede de caminhos secundários e veredas devia desaguar no tronco principal que estrutura o percurso do parque.

Quando em Portugal é inaugurado em 1842 o jardim da Estrela, “o primeiro jardim público do país”² (segundo o jornal de Horticultura Prática), o modelo rígido e geométrico do passeio público tinha sido ultrapassado. Ao contrário também do seu contemporâneo jardim de São Lázaro no Porto, que adoptava o tradicional desenho geométrico dos canteiros centrado por uma taça de água, o novo jardim da capital assentava num terreno irregular – “colocando o espectador como numa montanha russa” –, e retirando daí o benefício de uma “perspectiva mais pitoresca e recreativa”, asseverava o articulista da revista Panorama em 1843. Os canteiros de flores e cobertos herbáceos tendem também a desaparecer em face da dominante vegetal dos arvoredos. O motivo de interesse concentra-se na variedade de formas e colorido das essências ornamentais e o vírus do coleccionismo botânico havia já sido inoculado entre os amantes dos jardins.

São raros, em bom rigor, os parques urbanos públicos com esta filiação e integrados nesta tipologia no nosso país. Um caso curioso que tenho chamado a atenção como uma singularidade no panorama nacional é o do

² *Jornal de Horticultura Prática*, vol. 3, 1873, p. 107.

Parque das Murtas (hoje chamado Parque Beatriz do Canto) nas Furnas, em São Miguel. A sua construção deve-se a um grupo de proprietários da cidade de Ponta Delgada que costumava veranejar no Vale e que a expensas próprias resolveu *embeleza-lo* criando um parque que servisse para o *recreio do público*. A encomenda foi feita ao jardineiro inglês George Brown (1813-1881) que dese-

nhou no centro do recinto um lago retendo as águas da ribeira por meio de um açude e abrindo-o em volta por amplos relvados e ruas largas. Nas décadas centrais do século XIX, o programa de ócio e recreio no Parque é amplamente noticiado nas páginas da *Persuasão* e o hábito de abri-lo gratuitamente ao público mantém-se até hoje no mês de Agosto.

PITORESCO E ECLECTISMO

A interpretação francesa dos parques ingleses introduz alguns traços projectistas e qualidades de desenho que o aproximam mais directamente de um ideário ecléctico e pitoresco. A famosa equipa projectista liderada pelo eng. Jean-Charles-Adolphe Alphand (1817-91) transforma por completo os parques de Paris: o Bois de Boulogne, Bois de Vincennes e Parc Monceau são remodelados e outros são criados de novo como o Parc Buttes-Chaumont, uma das mais características peças do paisagismo francês oitocentista. Nele vemos claramente a aplicação de uma técnica operativa que considera o traçado de arruamentos em curvas largas acompanhando o desenho das curvas de nível e interceptadas nos pontos-chave, tanto para a vista como para sítios de estar. Aí se situam normalmente as arquitecturas ou mobiliário

de jardim cruzando-se os eixos visuais que atravessam perspectivas internas; os fundos dos vales são deixados livres de arvoredo ou ocupados por peças de água de formas irregulares, enquanto que as encostas são mais densamente preenchidas com plantações de árvores.

Numa zona do Bois de Boulogne é criado o *parc aux daims*, núcleo que servirá de mote para a expansão do *jardin zoologique et d'aclimatation*. A presença de animais nos jardins e parques não era propriamente inédita. Como reservas de caça e grandes explorações pecuárias, os parques paisagistas ingleses continham extensas pastagens com veados, ovelhas ou vacas. Mas é a *ménagerie* e a *ferme ornée* que está na origem dos jardins zoológicos para recreio e instrução do público. A presença de animais anima o espaço e contribui para o exotismo

e pitoresco dos efeitos criados. Mais comuns são os pássaros exóticos em gaiolas ou passeando livremente nos lagos e tanques, mas também podem existir macacos, veados e ainda outros animais.

Em Lisboa o parque de Santa Gertrudes cumpre perfeitamente o novo ideário, na versão francesa, pela iniciativa de José Maria Eugénio de Almeida e pela mão do jardineiro suíço Jacob Weiss. A antiga quinta de recreio é readaptada ao programa pitoresco alcançado pela variabilidade dos cenários, as irregularidades e as rugosidades (quase sempre oferecidas com as *rockeries*) e toda uma concepção espacial de forte pendor pictórico.

O parque concebido no âmbito privado é pouco depois cedido para a instalação do jardim Zoológico e de Aclimação ganhando a dimensão pública de grande parque urbano. À malha irregular da composição junta-se primeiro o exotismo dos vege-

tais, e agora um renovado catálogo de pequenas arquiteturas efémeras que deviam abrigar os exóticos animais: o quiosque dos macacos, a tenda árabe dos camelos, a gaiola gigante em forma de pavilhão chinês para inúmeros pássaros...

Não temos exemplos de jardins zoológicos nos Açores mas parece-me ver essa herança ainda hoje continuada, por transposição empírica, nas «Reservas Florestais de Recreio» (vulgo, parques florestais).

Quanto às arquiteturas pitorescas são mais raras no âmbito do jardim público mas encontramos-las numa peça que se torna presença obrigatória a partir das últimas décadas do século XIX: o coreto. Inspirado remotamente nos protótipos dos pavilhões e pagodes orientais, o coreto cumpre um tópico imprescindível no programa de animação e recreio do jardim público com a actuação musical das bandas filarmónicas às 5.^{as} e Domingos.

O JARDINESCO E O REGRESSO AO FORMALISMO

O formulário do pitoresco mantém-se vivo e com fieis seguidores até à viragem para o século XX, conhecendo mesmo nesse período um novo recrudescimento com a concepção de versões miniaturizadas de lagos, pontes, cascatas e pontes armadas em *rock work* – aspecto que nos Açores se tor-

nou característico com as formações em lava vermelha.

Mas os modelos insistentemente irregulares e informais há muito que tinham sido relativizados. O paisagista inglês Hunphrey Repton (1752-1818) reintroduz os terraços, as balaustradas e escadarias admitindo o

regresso da regularidade e da linha recta nas proximidades da casa. Os seus seguidores como o príncipe prussiano Hermann Pukler-Muskau (1785-1871) vai mais longe, desenhando em recantos escolhidos do seu extenso parque de Muskau, composições geométricas de flores e arranjos formais com açaftas de flores garridas que difundiram a moda dos chamados *carpet gardens*, tão característicos do período vitoriano.

Pelos meados do século a progressiva evolução para os jardins regulares ao «estilo antigo» era já uma realidade, sobretudo em Inglaterra. Loudon, um dos mais proeminentes autores de jardim (teórico e prático), também ele um admirador de Retpon, formula o conceito de *gardenesque* (jardinesco), um método de plantação que considera individualmente o valor de cada planta, obtendo dela o maior efeito visual e predispondo a composição para o princípio do reconhecimento. A ideologia pedagógica orientada, simultaneamente, para o estudo e para o recreio do paisagismo de Loudon difunde extraordinariamente o interesse pelo coleccionismo das plantas.

A prática da jardinagem desenvolvida no âmbito dos jardins públicos portugueses da segunda metade do século acusa estas tendências, quer para o formalismo quer para o enriquecimento das colecções botânicas. De

forma modesta e nem sempre muito imaginativa, os pequenos jardins de praça, plantados nos exíguos espaços livres urbanos adoptam as formas regulares dos canteiros desenhando estrelas e peltas, triângulos ou círculos e o traçado rectilíneo ou em curvas geometrizadas dos arruamentos. As ornamentais exóticas são as grandes vedetas do jardim.

Os jardins são pretexto para o estudo atento e minucioso das capacidades vegetativas dos solos, do clima, da variedade e formas da flora... e nesse sentido cumprem a dimensão de uma *agricultura de excelência*. Não é por acaso que os dois maiores jardins públicos criados pela administração civil, o da Horta em 1857 e de Angra, na década de 80, serviam objectivos pedagógicos e experimentais a cargo das respectivas Câmara Municipais e Comissões Agrícolas do distrito. O jardim para *passeio público* e o *viveiro experimental* fundiam-se num desígnio comum proporcionando formas de recreio e de estudo.

Conjugavam também diferentes formas de composição dos espaços em função da sua utilização e dos respectivos andares em que se dispunham: um desenho mais cuidado e formal na zona baixa de jardim; mais irregular e naturalizado nos percursos de ligação e racionalizada e geometrizada nos tabuleiros reservados aos viveiros e campos experimentais. Com o tempo

estas últimas zonas, ou desapareceram (como aconteceu na Horta), ou integraram progressivamente o jardim (como aconteceu em Angra).

Procurei traçar em linhas gerais a não muito longa historia dos jardins públicos urbanos, e dos seus reflexos directos na prática nacional e regional, das suas concepções ideológicas e estilísticas, dos usos e modos de recreio que preconizaram. Detive-me na viragem para o século XX, não porque tenha cessado então a criação de novos jardins públicos. Pelo contrário, ter-se-á intensificado. Nem tão pouco porque o epíteto de históricos deva referir-se apenas aos exemplos do passado. Apenas porque vão ouvir falar de jardins contemporâneos de forma mais autorizada e competente do que o poderia fazer.

A patrimonialização dos jardins históricos é hoje um dado aceite, do mesmo modo que outros objectos do património cultural. Merece os mesmos cuidados e exige o mesmo rigor na preservação, manutenção e recuperação que se aplica àqueles. *A Carta de Florença* (1981) enuncia os pressupostos teóricos e as condições praticas em que estas questões devem ser equacionadas. Também adverte para a necessidade de manter

o uso activo e presente destes espaços históricos evitando, por assim dizer, o seu encerramento na redoma do tempo. É necessária criatividade e dinamismo na concepção de renovadas formas de fruição dos objectos históricos e patrimoniais. Mas a linha que divide a adaptação da destruição é por vezes ténue e a fronteira indefinida. Com a vontade de criar uma imagem moderna substitui-se o mobiliário, mudam-se os pavimentos, cimentam-se as grutas... e multiplicam-se gestos espúrios que as mais das vezes apenas desqualificam e descaracterizam o objecto histórico que assim perde coerência estética e autenticidade histórica.

Nem sempre há solução para um jardim histórico. Por vezes a sua capacidade de sedução deixa de ser suficiente para continuar a suscitar o interesse do publico e partilham da mesma sorte que muitas outras construções humanas. São esquecidos, abandonados, engolidos pelo crescimento urbano, deixados à mercê da vandalização e da marginalidade ou de tal forma transformados que se tornam irreconhecíveis. Não podemos permanecer nostalgicamente agarrados a todas as perdas a que a renovação histórica impõe. No fundo é uma questão de escolha. Escolha baseada nos valores que as instituições públicas e as comunidades atribuem ao seu património.

A recomendação do ICOMOS conhecida como o *Documento Nara sobre a Autenticidade* de 1994 conclui:

«A conservação do património histórico, sob todas as suas formas e de todas as épocas, encontra a sua justificação nos valores que atribuímos a esse património. A percepção mais exacta possível desses

valores depende, entre outras coisas, da credibilidade das fontes de informação a seu respeito. A sua compreensão e a interpretação das características originais e subsequentes do bem patrimonial, do seu futuro histórico e do seu significado fundamentam o juízo de autenticidade sobre a obra em causa sendo este referente tanto à forma como à substância dos bens considerados.»

